SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

27/09/2015 - Instituto Telecom

Minicom cria grupo para propor alternativas à concessão de telefonia

O Ministério das Comunicações criou grupo de trabalho (GT) para realizar estudos quanto às perspectivas de evolução da concessão de telefonia fixa no País, considerando a importância de estimular o desenvolvimento da infraestrutura de suporte à banda larga no Brasil. Os resultados devem ser apresentados em 90 dias, mas o prazo pode ser prorrogado.

O GT vai elaborar proposta de atos e alternativas de políticas públicas a serem apresentadas em consulta pública pelo Ministério das Comunicações sobre o futuro das concessões e prestar assessoria na realização de audiências públicas e na análise das contribuições. Nessas propostas, o grupo deve abordar aspectos jurídicos, técnicos e econômicos.

Três integrantes do Minicom e três da Anatel integrarão o grupo e serão indicados por portaria. O GT será coordenado pelo secretário de Telecomunicações do ministério, Maximiliano Martinhão. Durante os trabalhos, poderão ser ouvidos, por convites, especialistas, acadêmicos e representantes de outros órgãos públicos, do setor privado e da sociedade civil.

27/09/2015 - Instituto Telecom

Telecom Italia mantém investimentos no Brasil

Após dois dias de reuniões, o conselho de administração da Telecom Italia, que no Brasil controla a TIM, definiu a estratégia para sua atuação na América do Sul. No Brasil, os executivos decidiram manter o plano de investimentos, da ordem de R$ 14 bilhões, até o final de 2017.

O conselho reconheceu que os dilemas macroeconômicos enfrentados pelo Brasil podem se refletir nos resultados da operação local, especialmente a desvalorização do real frente ao dólar, de 47% desde janeiro. A companhia reiterou a visão de que o país é estratégico dentro do grupo, e diz ter como meta a "consolidação da presença de longo prazo".

Argentina e Inwit

Além do Brasil, a operação no país vizinho e da empresa de infraestrutura italiana Inwit, controlada pela Telecom Italia, estiveram na pauta. O conselho decidiu manter também, na Argentia, a execução de um plano de investimentos de 5,5 bilhões de pesos argentinos até o final do ano – equivalente a US$ 585 milhões, ou R$ 2,3 bilhões. O investimento terá como meta fortalecer a infraestrutura de rede móvel, até que a venda ao grupo Fintech seja concluída. A venda depende de aprovação das autoridades locais.

Os executivos também autorizaram Patuano a buscar maneiras para alavancar a subsidiária Inwit, empresa que opera infraestrutura de telefonia móvel na Italia. Neste ano, a Telecom Italia fez um IPO, vendendo 40% das ações da empresa. Mas rumores de que poderia haver uma venda completa continuam a circular no mercado. "O conselho também deu aval para que o CEO Marco Patuano explore oportunidades em potencial para alavancar a subsidiária Inwit", se limita a descrever em nota ao mercado publicada a companhia italiana.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/09/2015 - Convergecom

Qualidade percebida da banda larga avança em 2014; da telefonia móvel cai

A qualidade percebida pelo usuário da banda larga fixa avançou em 2014, mas na telefonia móvel houve queda. É o que mostram os resultados de pesquisas divulgadas nesta sexta-feira, 25, pela Anatel. Os levantamentos foram realizados por meio de entrevistas telefônicas pela empresa TNS Brasil, contratada pelas operadoras, seguindo as disposições dos Regulamentos Gerais de Qualidade dos serviços.

Na banda larga fixa, a operadora Cabo Telecom recebeu a nota de 4,09, numa pontuação de 1 a 5, melhorando o desempenho alcançado no ano anterior, com nota de 3,96. A TIM ficou em segundo lugar, com nota 3,95, junto com a Sercomtel, que somou 3,87 pontos. A GVT, em terceiro, melhorou sua pontuação em relação ao ano anterior subindo de 3,59 para 3,71.

Na quarta colocação ficaram as operadoras Net com nota de 3,43, pontuação menor do que obteve em 2013, de 3,47; Algar, que praticamente manteve a nota do ano anterior, com 3,39; e a Embratel que variou ligeiramente para cima, atingindo 3,40 pontos. Em quinto lugar estão a Vivo, que apresentou alta em relação ao ano anterior e chegou a 3,19 pontos, e a Oi, que teve a qualidade percebida reduzida para 2,98 pontos.

A menor nota dada pelos usuários foi para a orientação dada pelas operadoras, com média de 3,14. A qualidade da conexão também recebeu nota média baixa, de 3,28.

Na telefonia móvel pré-paga, apenas a Sercomtel manteve a nota do ano anterior, de 3,91. As demais perderam pontos em 2014. A Algar caiu de 3,81 para 3,70; a Claro desceu de 3,53 para 3,48; a Vivo, de 3,68 para 3,44; a Oi, de 3,46 para 3,35; e a TIM, que recuou de 3,35 para 3,31.

No serviço móvel pós-pago, a Sercomtel, na primeira colocação, e a Algar, na segunda, praticamente mantiveram as mesmas notas em 2013 e 2014: 4,32 e 3,44, respectivamente. A Nextel, que começou a ser avaliada em 2014, obteve também a segunda colocação, com 3,33 pontos. A Vivo ficou em terceiro, após sua nota cair de 3,51 para 3,30.

A Claro também teve reduzida a percepção de qualidade pelo usuário, com a nota caindo de 3,32 para 3,25 entre 2013 e 2014. A Oi também perdeu pontos, recuando de 3,09 para 3,02. A TIM melhorou sua pontuação, de 2,88 para 2,96, porém continua na última colocação.

No serviço pré-pago, as menores notas foram dadas à qualidade das ligações e à competência do atendente. No pós-pago, tiveram menos pontuação a qualidade das ligações e a orientação do usuário.

Base

Para os levantamentos foram ouvidos, por telefone, 85,4 mil usuários da telefonia móvel e 46,9 mil assinantes da banda larga fixa, entre abril e junho, julho a setembro e setembro a dezembro de 2014. A Anatel foi responsável tanto por definir os questionários aplicados nas coletas como por enviar, à empresa de pesquisa, as amostras que seriam pesquisadas.

As amostras foram selecionadas pela agência de forma aleatória, a partir da base de assinantes encaminhada pelas prestadoras, e levaram em consideração: prestadora, UF do consumidor e modalidade da oferta do serviço (pré ou pós-pago, no caso do SMP, e velocidade acima ou abaixo de 2 Mbps, no caso do SCM).

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/09/2015 - Convergência Digital

"É absurdo querer criar um banco de dados de quem navega na Internet", diz Juliana Pereira

Ao participar do II Congresso Brasileiro de Internet, realizado pela Abranet, em Brasilia, a secretária Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça, Juliana Pereira, antecipou que o anteprojeto de lei de Proteção de Dados Pessoais já tem data para sair da Senacon.

Segundo Juliana Pereira, o anteprojeto será apresentado no dia 20 de outubro, durante o encontro da Rede Ibero-Americana de Proteção de Dados, que ocorre em Brasília. "Esse é um compromisso que nós assumimos", disse a responsável pela Senacon.

No evento, a responsável pela Secretaria Nacional do Consumidor, fez duras críticas às posições mais retrógadas com relação ao controle da Internet. Ele reclama dos disparates que estão sendo jogados no mercado. Um deles é a necessidade de criar um banco de dados de quem navega na Internet.

"Fico imaginando quem faria isso. O Estado não tem condição de fazer isso. Sem contar que é um absurdo completo até a proposta", disse, pedindo desculpas pela sinceridade. Juliana Pereira foi taxativa: é preciso operacionalizar os debates sobre Dados Pessoais. "Ninguém é dono da verdade. É importante que a Sociedade faça uma discussão a altura do que precisa ser feita". Assistam a participação de Juliana Pereira, no II Congresso Brasileiro de Internet, da Abranet.

27/09/2015 - Vermelho

ONU: Brasil supera média mundial na redução da mortalidade infantil

À frente de muitos países, o Brasil alcançou em 2011, com quatro anos de antecedência, a meta de redução da mortalidade na infância, o quarto dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), propostos pela ONU em 2000. A taxa passou de 53,7 óbitos por mil nascidos vivos em 1990 para 17,7 óbitos por mil em 2011. A meta estabelecida para o país consiste em reduzir a mortalidade entre crianças menores de 5 anos a dois terços do nível de 1990.

De acordo com o Relatório ODM 2013, elaborado pela ONU, a taxa mundial de mortalidade na infância caiu 47% em 22 anos. Entre 1990 e 2012, o índice passou de 90 para 48 mortes por mil nascidos vivos. Os dados mostram que há muito ainda a ser feito nesta área. Em 2012, 6,6 milhões de crianças menores de 5 anos morreram ao redor do mundo por doenças evitáveis.

Embora o ODM-4 diga respeito à mortalidade na infância, isto é, até cinco anos, o Brasil também já atingiu a meta estabelecida em relação às mortes de crianças com menos de 1 ano de idade –a chamada mortalidade infantil. Essa taxa caiu no país, de 1990 a 2011, de 47,1 para 15,3 óbitos por mil nascidos vivos, superando a meta de 15,7 óbitos estimada para 2015.

A oficial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) no Brasil, Leva Lazarevicute, ressaltou, em entrevista à TV NBR, a efetividade de programas adotados no país para a diminuição da mortalidade na infância.

Leia mais em:
http://www.vermelho.org.br/noticia/270753-10

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/09/2015 - Carta Maior

O fim do financiamento privado é mais importante que Moro e Lava Jato para combater a corrupção

O financiamento empresarial não é um dinheiro doado. É um dinheiro friamente investido, que acaba colocando no Congresso gente como Eduardo Cunha

Sabe este Congresso-lixo que temos?

Pois é.

É o pior Congresso que o dinheiro pôde comprar.

Por isto tem que ser amplamente saudado o veto de Dilma ao financiamento privado de campanhas. Porque é assim, com o dinheiro torrencial que as empresas colocam em candidatos que vão depois defender seus interesses, que se montou este Congresso que joga o Brasil para trás.

O financiamento privado de campanhas é a forma como a plutocracia toma de assalto a democracia.

As corporações enchem de dinheiro, para suas campanhas, figuras como, para ficar num caso exemplar, Eduardo Cunha.

E depois vem a fatura.

Porque não é um dinheiro dado, ou doado. É um dinheiro friamente investido, como numa decisão de negócios.

Se o candidato não corresponde às expectativas, ou seja, se não faz o que as empresas querem que ele faça, adeus. Não mais dinheiro, não mais eleições, não mais mamatas, não mais privilégios.

Se você rastrear as decisões dos políticos verá a íntima conexão delas com os milhões que receberam de seus financiadores.

O veto de Dilma é um passo gigantesco para a moralização do Brasil.

O dinheiro privado de campanhas está na raiz da corrupção. É a fonte primária a partir da qual a corrupção se espalha.

Tão combatida, Dilma vai passar para a história como o ocupante do Planalto que fez enfim uma mudança vital na estrutura política, partidária e social do Brasil.

Ela teve um mérito lateral no processo.

Colheu os frutos de um STF ao qual ela deu ares decentes, com o ingresso de magistrados como Teori e Barroso, para não falar de Fachin.

Este STF é imensamente superior àquele que fez circo no Mensalão. Aquele certamente não teria aprovado o fim do financiamento privado porque teria medo de incorrer no medo da mídia.

Gilmar Mendes, que era um dos símbolos daquele STF, hoje é uma voz isolada.

Ele fracassou em sua miserável chicana para manter o financiamento privado. Segurou, para uma vista de fancaria, por mais de um ano um processo no SFT quando a contagem de votos já mostrava a decisão que afinal seria tomada.

Curioso que, agora, ele tenta desesperadamente retomar o processo no STF, sob argumentos tão bisonhos quanto os apresentados por Eduardo Cunha para realizar novas votações quando derrotado na Câmara.

Muito mais que a Lava Jato, muito mais que Sérgio Moro, o fim do financiamento privado é vital para a redução da corrupção a níveis decentes.

E isto se deu em 2015, ano de martírio para Dilma – e também de glória por essa mudança que haverá de devolver o Congresso ao povo e tirá-lo da plutocracia que o ocupou com suas moedas.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

24/09/2015 - CUT

Quando os tucanos tentaram afundar a Petrobrás

Texto publicado no "Jornal da CUT" em junho de 2009

Assembleia da greve de 1995

O primeiro grande golpe tucano contra a soberania nacional na questão do petróleo veio antes mesmo de FHC tornar-se presidente. Ainda como ministro da Fazenda de Itamar Franco, em 1993, FHC promoveu um corte de 52% no orçamento da estatal; a matéria não passou no Congresso porque logo em seguida estourou o escândalo dos "anões do orçamento", que paralisou o Congresso. Isso não evitou, no ano seguinte, que o então ministro mudasse a estrutura dos preços dos derivados de petróleo, fazendo com que a Petrobrás tivesse aumentos mensais dos combustíveis em valores 8% abaixo da inflação, enquanto as distribuidoras privadas obtinham aumentos de 32% acima da inflação nas suas cotas.

Uma das suas primeiras providências como presidente da República, em fevereiro de 1995, foi romper o acordo assinado por Itamar que concedia 13% de aumento para a categoria petroleira. Os petroleiros decretaram greve, a mais longa da história da categoria, que durou 32 dias apesar da pressão do Exército e da imprensa. "O saldo dessa greve foi centenas de demitidos, multas milionárias para o movimento sindical, mas mostramos que a Petrobrás não seria privatizada sem luta, o que fez o governo mudar de estratégia", afirma o primeiro tesoureiro da CUT, Antonio Carlos Spis, à frente da greve naquele momento.

Ainda assim, os oito anos de administração tucana mudaram a Constituição em itens fundamentais para abrir espaço para a privatização: acabou a distinção entre empresa brasileira de capital nacional e de capital estrangeiro e as restrições à atuação da segunda categoria; fim do controle nacional do gás canalizado; quebra do monopólio do petróleo por meio da lei 9478/97, que deu origem à Agência Nacional do Petróleo (ANP) e à promoção dos famigerados leilões de petróleo.

No dia 26 de dezembro de 2000, como presente de Natal para o País, o então presidente da Petrobrás Henri Philippe Reichstul anunciou que a empresa mudaria seu nome comercial para PetroBrax, com o objetivo de "unificar a marca e facilitar seu processo de internacionalização" – eufemismo para privatização nua e crua. A "brincadeira" custou para a empresa um prejuízo de, pelo menos, 50 milhões de dólares, valor pago à agência de propaganda Und SC. A reação popular foi imediata e a sandice não chegou sequer a comemorar o réveillon. Mesmo assim, retirou da marca o acento agudo.

Desmonte e acidente – Em 1989, a Petrobrás contava com cerca de 60 mil funcionários próprios; ao final de 2002, tinha menos de 32 mil. Um dos reflexos desse enxugamento foi o aumento exponencial de acidentes e desastres ambientais. Nos 20 anos que antecederam o desmonte, a Petrobrás registrou nove desastres com danos ambientais. Em apenas sete anos, entre 1995 e 2002, a empresa computou 29 desastres, entre eles o afundamento da P-36, em março de 2001, que levou consigo 11 trabalhadores e era avaliada em mais de US$ 1 bilhão e responsável pela extração de 6% do petróleo nacional.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

28/09/2015 - Carta Capital

Manobras empresariais ilícitas tiram US$ 170 bi do País em 10 anos

Subfaturar exportação e superfaturar importados permitem evasão de divisas e sonegação. Brasil tem o 7º maior fluxo ilícito, diz estudo internacional

O Brasil vive um drama orçamentário, com o governo a propor a volta da CPMF para fechar as contas do ano que vem sem ter de cortar programas sociais como Bolsa Família ou subsídios à moradia popular (Minha Casa Minha Vida) e a universitários pobres (Fies). É um problema que beira o incompreensível, diante da revelação de certos hábitos do empresariado local capazes de desfalcar os cofres públicos em bilhões.

Na década compreendida entre 2003 e 2012, o Brasil foi ponto de partida de um fluxo financeiro ilícito de 217 bilhões de dólares, uma média anual de 21 bilhões. Este fluxo abrange dinheiro de corrupção e tráfico de drogas, entre outros crimes. A maior parte (cerca de 80%, ou 172 bilhões de dólares), contudo, resulta de procedimentos adotados por empresas para pagar menos impostos e disfarçar evasão de divisas. Casos mais comuns: subfaturar exportações e superfaturar importações.

Quase metade da movimentação ilícito total se deu entre 2010 e 2012. Foram 100 bilhões de dólares no período, uma média de 33 bilhões anuais. Pelo câmbio atual, seriam 130 bilhões de reais por ano, o dobro do problema orçamentário de 2016. O projeto de orçamento foi ao Congresso com um rombo de 30 bilhões de reais, mas o governo espera reverter sua própria proposta e obter uma sobra de 34 bilhões.

Os valores do fluxo financeiro ilícito brasileiro foram estimados por uma entidade chamada Global Financial Integrity (GFI), ou Integridade Financeira Global, em tradução literal. Trata-se de um think tank, uma "usina de ideias" financiada pela Fundação Ford e localizada em Washington, a capital do Estados Unidos. Seu propósito é auto-explicativo pelo nome.

Os dados constam de um estudo feito em 2014 pelo economista-chefe da GFI, Dev Kar, um indiano com 32 anos de Fundo Monetário Internacional (FMI) no currículo. Foram calculados a partir de dados do Banco Mundial (Bird). E fazem parte de um livro lançado na terça-feira 22, a reunir estudos semelhantes sobre a situação na Índia, no México, na Rússia e nas Filipinas.

Os cinco protagonistas do livro estão entre os principais pontos de partida do fluxo financeiro ilícito no período de 2003 a 2012, segundo a GFI. Em um ranking de 145 países, a Rússia é o segundo (973 bilhões de dólares), o México é o terceiro (514 bilhões), a Índia é o quarto (439 bilhões), o Brasil é o sétimo (217 bilhões) e as Filipinas, a 15ª (93 bilhões).

"O subfaturamento de exportações é o mecanismo mais usado pelos empresários brasileiros para transferir capital para o exterior ilicitamente", diz o estudo de 2014. As firmas vendem para o exterior com preço abaixo dos valores de mercado "para reduzir o lucro que declaram no Brasil". E fazem isso "geralmente com base em um acordo tácito com o importador no sentido de que ele remeta o valor restante para uma conta offshore [no exterior] controlada pelo titular da empresa".

Alguns estudos indicam que subfaturar exportação é um meio de a empresa ter patrimônio em um paraíso fiscal para investi-lo posteriormente nela mesma no Brasil. Este investimento disfarçado de investimento estrangeiro proporcionaria novos prejuízos aos cofres públicos: aumento da dívida externa e geração de gastos nas companhias que podem ser abatidos da tributação delas.

O superfaturamento de importações serve ao mesmo objetivo. Pagar por um importado acima do valor de mercado permite às firmas manter uma reserva financeira em paraíso fiscais.

Leia maise em:

http://www.cartacapital.com.br/economia/manobras-empresariais-ilicitas-tiram-us-170-bi-do-pais-em-10-anos-5162.html